



UniCEUB

Centro Universitário de Brasília

Psicologia

Representações de Feminilidade, Estereótipos de Gênero e Mídias sociais

Autora: Julia Espinosa Bittar

Orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Brasília - DF

Dezembro de 2021

Resumo: o presente artigo desenvolve uma discussão teórica sobre as mulheres e suas vivências discriminatórias relacionadas a si e a seu corpo. O problema de pesquisa delimitado engloba duas questões: Como os padrões de existência arraigados em tradições patriarcais e sexistas influenciam e delimitam as noções de feminilidade e beleza corporal na atualidade? E: como e por que ocorrem as influências das mídias sociais e suas representações imagéticas na formação de identidade das mulheres sobre seus corpos e si mesmas. O objetivo é analisar os significados hegemônicos que contribuem na padronização de normas impostas nas mulheres e no corpo feminino na cultura brasileira e nas mídias sociais. Dentre os tópicos explorados, é desenvolvida a discussão teórica sobre o processo de construção da identidade e alteridade, e é feito um aprofundamento teórico sobre a formação do grupo identitário compreendido como mulheres, assim entendendo que as relações de gênero foram historicamente hierarquizadas, reduzindo o feminino ao seu papel materno e a sua beleza corporal, atualmente se traduzindo numa prisão das mulheres ao seu próprio corpo, na busca obsessiva de parecer jovens e magras (Novaes, 2011). Em conclusão, as principais contribuições do artigo são a ampliação da discussão teórica sobre o tema do sexismo, produzindo um maior entendimento da comunidade científica e não científica sobre esse tema e, por conseguinte, cooperando na desconstrução do sexismo na sociedade brasileira. São também enfatizadas as contribuições do movimento feminista, que não devem ser esquecidas nos avanços atuais em relação à liberdade individual e aceitação social de todos.

Palavras chave: mulheres; sexismo; representações do corpo; mídias sociais.

Em minha experiência pessoal como mulher e conhecendo diversas mulheres, não é difícil perceber o quão costumeiras são as experiências de discriminação direcionadas a nós por causa do gênero/sexo feminino designado aos nossos corpos. Desde assédios e importunações sexuais até cobranças sociais de beleza, comportamento e maternidade que ultrapassam acontecimentos isolados e se tornam recorrências sociais, deveres morais e condições de existências. Essas experiências são regulares na vida de mulheres e podem tanto reduzir como direcionar as possibilidades de vida delas. São muitas cobranças e expectativas desnecessárias que, justamente, tornam de fundamental importância analisar, de forma aprofundada, esse tema e entender por que de fato isso acontece.

No mapa de violência de 2015¹, estima-se que, por dia, sete mulheres são assassinadas no Brasil por conta de seu sexo e que esse número, desde 1980, vêm crescendo cerca de 2,3% ao ano. Em adição, no Atlas de Violência de 2020², se comparado aos anos de 2008 até 2018, ocorreu um aumento de 4,2% de mulheres assassinadas, totalizando em 2018 uma estimativa de um assassinato no Brasil a cada duas horas, sendo 68% desses assassinatos contra mulheres negras. Além disso, o Atlas de Violência de 2020 também mostra que 30,4% das taxas de homicídio teriam sido feminicídios, indicando um perigo alarmante de violência doméstica.

¹ https://www.mapadaviolencia.net.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

² <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>

É importante lembrar que a sociedade brasileira já mudou muito e ainda vem mudando com relação às suas noções sexistas e patriarcais. Por meio da luta feminista, foi possível reivindicar muitos direitos e mudar relações de gênero desiguais, o que se torna evidente na sociedade brasileira atual, em que as mulheres têm muito mais liberdade e autonomia do que antes tiveram. Porém, é um equívoco acreditar que as mulheres (bem como os homens) não sofrem ainda de um sistema que a marginaliza e desumaniza em nome de seu designado gênero/sexo. Esse sistema ainda persiste; apresentando atributos readaptados e até mesmo diferentes de outros momentos da história; e que refletem modos de vivência característicos da dinâmica da sociedade atual.

Como sugerido pelo Atlas de Violência de 2020, os casos mais recentes de feminicídio são uma espécie de “resultado final” de um histórico constante de violência doméstica sofrido pelas mulheres. O que mostra que ainda há um problema que apresenta uma raiz cultural, arraigado em tradições sexistas e patriarcais que acabam por inserir as mulheres nesse lugar de vulnerabilidade, abrindo espaço para uma constância de violências contra as mulheres.

Ademais, como Lerner (2020) afirma: "Se não temos precedentes, não podemos imaginar alternativas às condições existentes" (p. 30), sendo de suma importância que as mulheres saibam de sua história, entendendo como o sexismo e o patriarcado funcionam e vêm interferindo em suas formas de viver até os dias atuais, justificando-se a necessidade da realização de pesquisas, produções acadêmicas e estudos teóricos sobre esse tema, visando alcançar uma sociedade mais livre e justa, não regida por definições culturais limitantes, discriminatórias e excludentes.

A partir do que foi discutido anteriormente, o problema de pesquisa delimitado engloba duas questões: Como os padrões de existência arraigados em tradições patriarcais e sexistas influenciam e delimitam as noções de feminilidade e beleza corporal na atualidade? E: como e por que ocorrem as influências das mídias sociais e suas representações imagéticas na formação de identidade das mulheres sobre seus corpos e si mesmas?

O foco do presente artigo é desenvolver uma discussão teórica sobre o tema do sexismo na sociedade brasileira e como corpos femininos são comumente designados a definições sociais e culturais que colocam um peso e uma responsabilidade moral sobre as mulheres de se encaixarem em definições culturalmente estabelecidas (mesmo quando não se identificam como tal), muitas vezes incentivadas por mídias sociais e suas disposições de imagens padronizadas sobre o corpo.

Em relação a esse tema, serão discutidos aspectos simbólicos envolvidos na formação de grupos identitários, com um foco na construção de identidades de gênero binárias, que delimitam o indivíduo ou como masculino, ou como feminino. É feita, normalmente, uma marcação simbólica da diferença que forma uma fronteira semiaberta com o diferente; ou seja, se define o que faz parte e o que não faz parte de si e do seu grupo, formando uma espécie de divisão simbólica que estabelece os limites dessa definição (Madureira & Branco, 2012).

Essa fronteira pode ser semipermeável, no sentido de que ainda há reconhecimento e aceitação com relação às diferenças entre grupos e identidades, mas pode, em última instância, se tornar rígida e impermeável, passando a constituir interações simbólicas desrespeitosas entre grupos, discriminando as características diferentes e dificultando a formação de novos significados culturais, que deveriam ser baseados em interações respeitosas e na aceitação entre diferentes grupos e formas de existência. (Madureira & Branco, 2012; Woodward, 2000).

Com isso em mente, discute-se sobre como as mulheres foram historicamente delimitadas e definidas por um olhar, muitas vezes, distante de seus próprios processos subjetivos, e sobre como a sociedade brasileira é notoriamente definida por meio de conceitos sexistas que tinham (e ainda têm) enfoque na perspectiva masculina (e branca), levando à marginalização das mulheres, suas necessidades únicas e vontades próprias sobre suas vidas. Um exemplo essencial é o que Crenshaw (2002) traz na sua discussão sobre os Direitos Humanos, que foram pensados por homens e para homens, assim enviesando-se os Direitos Humanos para as necessidades dos homens e ignorando necessidades específicas das mulheres.

Mais a fundo, percebe-se que essa visão é muito embasada numa definição essencialista de gêneros, em que se separa em lados opostos dois tipos de seres humanos: homens versus mulheres (Nascimento, 2006). Essa visão afirma que esses dois corpos possuem características inatas a eles e desconsidera as influências culturais, sociais e psicológicas no processo de formação das identidades. Arbitrariamente, atribui aos homens características que são socialmente consideradas “melhores” e atribui às mulheres características socialmente menos valiosas e indicativas de fraqueza.

Desenvolve-se também uma análise crítica sobre a relação entre a perspectiva essencialista com a associação arbitrária feita das mulheres e seu corpo com a aparência corporal e, juntamente com isso, a conduta social feminina. Além da tentativa de normatizar e regular as possibilidades de vivência das mulheres, há um enfoque exagerado na imagem

corporal de corpos femininos, que, se pensando especialmente na atualidade, traduzem uma necessidade moral de se parecer jovem, magra (além de embranquecida); e historicamente tem sido uma força essencial de regularização, objetificação e sexualização desses corpos (Novaes, 2006).

Por último, no presente artigo teórico, é analisado o poder pedagógico das representações visuais presentes nas mídias sociais no processo de formação de identidades. Reflete-se sobre como as representações visuais apresentam um grande poder simbólico, querendo ou não, recorrentemente passando mensagens que cooperam com a disseminação de noções hegemônicas e discriminatórias de gênero, nisso, muitas vezes difundindo normas de gênero e aparência corporal para as pessoas que consomem as mídias (Sabat, 2001). O que se torna especialmente preocupante na atualidade, visto que há uma ascensão notável da importância do mundo virtual e de suas mídias sociais no cotidiano das pessoas.

É apresentado, a seguir, o objetivo geral do estudo teórico realizado.

Objetivo geral:

O objetivo é analisar os significados hegemônicos que contribuem na padronização de normas impostas nas mulheres e no corpo feminino na cultura brasileira e nas mídias sociais.

Construção das Identidades de Gênero e Marcação Simbólica das Diferenças

Nas sociedades pós-modernas ocidentais, a discriminação de gênero e as influências históricas hegemônicas sobre as mulheres e sua imagem corporal, que historicamente estabelecem a imagem das mulheres e a necessidade da “beleza” sobrepostas uma sobre a outra (Novaes, 2006); são um alvo de grande preocupação. Às mulheres, são estabelecidas normas que formulam características supostamente inerentes que acabam por limitá-las a corresponder uma imagem de “mulher ideal”, de forma que a fuga a essa imagem pode ser alvo de desaprovação e agressão (Nascimento, 2006).

O estabelecimento dessas normas pode ser analisado por meio da discussão teórica acerca dos processos identitários, relativos à construção das identidades sociais e pessoais, e das relações desiguais de poder historicamente estabelecidas presentes nesse fenômeno. A partir da construção e desenvolvimento de uma sociedade e sua cultura, se desenvolvem formas de identificação de grupos e, portanto, de indivíduos, que servem como guias, orientadores de qual é o papel de cada pessoa nessa sociedade e de onde elas se encaixam (Madureira & Branco, 2012; Woodward, 2000). É dessa forma que os indivíduos sabem,

entenderão e sentirão como pertencem nesse mundo, ou seja, descubrem quem são e quais são seus valores, vontades e aspirações que os orientarão ao longo de suas vidas, cumprindo uma necessidade recorrente do ser humano de se entender no mundo (Bento, 2002; Woodward, 2000).

Para Galinkin e Zauli (2011), uma pessoa “saber o que é” refere-se ao reconhecimento de sua identidade. Essa identidade é formada não só a partir das definições simbólicas do que é próprio ou semelhante a si, mas também do que se define como diferente, ou oposto a si (Galinkin & Zauli, 2011; Woodward, 2000). Dessa forma, a construção da identidade é tanto simbólica quanto é social, pois no processo de compreensão de onde se pertence, compreende-se também ao que não se pertence, ou seja, até onde vai o limite do que pode ser definido como identidade própria e o que está além desse limite (Woodward, 2000).

Por exemplo, “sei que sou mulher e tenho me identificado como uma ao longo da trajetória da minha vida”, mas para saber o que é a categoria “mulher” e para entender as delimitações definidoras dessa identidade, deve se ter a noção de que existem outras representações, que são diferentes e produzem identidades diferentes da de ser mulher. Do contrário, a divisão “mulher” e “não-mulher” não seria necessária e uma categoria específica que delimita essa identidade não existiria (Galinkin & Zauli, 2011). Portanto, separar o que pertence ao meu grupo e o que não pertence possibilita a construção de grupos de semelhantes e, por meio disso, se estabelecem significados simbólicos, constituídos pelas crenças do grupo identitário ao qual pertença (Woodward, 2000).

Essa categorização e diferenciação entre si e o outro tem, inclusive, importância cognitiva, visto que o cérebro humano procura fazer um processamento de informações de forma mais rápida possível, criando atalhos mentais que economizam esforços cerebrais e facilitando as pessoas a se orientarem mais rapidamente em seu mundo social (Galinkin & Zauli, 2011). Porém, ao procurar uma forma mais econômica de processar informações, a possibilidade da generalização e da estereotipização se abrem.

Podem ser formados estereótipos, que classificam outras identidades de forma unificada, como se todos os indivíduos de um certo grupo fossem iguais e pré-definidos por determinadas características, muitas vezes opostas ao grupo de referência e com uma conotação de negatividade (Candido & Feres, 2019). Um exemplo disso são as mulheres, que muitas vezes são classificadas como portadoras de uma feminilidade e fragilidade emocional e física, mesmo quando não são de tal forma.

A partir disso, é importante enfatizar o que Madureira & Branco (2012) desenvolvem sobre esse assunto. De acordo com as autoras, essas fronteiras, num geral, são

semipermeáveis, ou seja, constituem-se por interações intergrupais baseadas no respeito e reconhecimento do outro, não se fechando completamente a realidades diferentes (Madureira & Branco, 2012). Isso é importante, pois ainda ocorrem interações e trocas simbólicas positivas entre diferentes grupos, contribuindo para o contínuo desenvolvimento da cultura de cada grupo e para a familiarização do que acaba por não ser familiar em uma realidade específica.

O problema se inicia quando essas interações se tornam desrespeitosas e as fronteiras se tornam impermeáveis e rígidas, ou seja, barreiras culturais (preconceitos) (Madureira & Branco, 2012). Isso que pode ser percebido de forma concreta nas relações de gênero/sexo, que definem o “mundo” masculino e o “mundo” feminino como duas instâncias em absoluto opostas, estabelecendo deveres e atribuindo significados diferentes para cada sexo, além de limitar precisamente o que homens e mulheres são, não compreendendo identidades sexuais e de gênero que extrapolem as fronteiras já estabelecidas entre a masculinidade e a feminilidade (Méllo, 2012; Nascimento, 2006).

Além de tornar as fronteiras impermeáveis e enrijecer as marcações simbólicas, contextos sexistas instalam uma separação hierárquica entre os gêneros masculino e feminino, estabelecendo deveres sociais (quem pertence ao ambiente públicos ou privado) de acordo com o gênero (Madureira, 2018). Portanto, fica evidente que essas práticas de identificação e separação de si e do outro apresentam nelas uma dinâmica de poder que se expressa na possibilidade de incluir e excluir o outro de seu grupo (Woodward, 2000).

No caso das identidades de gênero, ocorre essa exclusão do grupo feminino; especialmente quando associado a outras identidades, como mulheres negras, gordas etc; que posiciona mulheres num espaço marginal, de oposição binária e hierarquicamente inferior aos homens. Mulheres transsexuais e gordas, por exemplo, são vítimas tanto do sexismo, quanto da transfobia e da gordofobia, e essas 3 dinâmicas de discriminação se intercalam de forma que, quanto mais se distancia do que é mais socialmente aceito como uma mulher, mais se é excluído e discriminado socialmente.

Sexismo e o Papel do Controle Social

Como discutido no tópico anterior, são fronteiras simbólicas que definem a diferença entre um grupo e outro, não sendo apenas “aspectos objetivos” que visam separar tão claramente a diferença de mulheres e homens (Galinkin & Zauli, 2011).

Em sociedades estruturalmente sexistas, características simbólicas são atribuídas aos homens e às mulheres e a partir disso que se organiza a sociedade. Não apenas isso, mas as mulheres são enxergadas a partir de estereótipos, formulados não a partir do que elas mesmas entendem em seus próprios processos identitários, mas sim do que a sociedade sexista acredita que todas as mulheres são e devem ser.

Pateman (2018) discorre sobre as teorias do contrato social e afirma que ele é também um contrato sexual e escravocrata, que afirmava os direitos patriarcais dos homens sobre as mulheres, assim como dos brancos sobre os negros. De acordo com ela, nas elites brancas, as mulheres serviam como uma espécie de “treino” para quando os homens fossem escravizar outras populações, pois tinham a “permissão”, devido o sistema sexista e patriarcal, de controlar e mandar em suas mulheres, muitas vezes, da forma como bem entendiam (e é de se imaginar como mulheres negras e índias escravizadas sofreram tanto do controle sexual como do escravocrata).

Pode-se notar, de forma mais aprofundada, esse fenômeno, no exemplo que Crenshaw (2002) apresenta sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por mais que houvesse uma garantia formal dos direitos para todos, as mulheres ainda estavam e estão marginalizadas a partir do momento que suas experiências não eram e não são as mesmas que as dos homens. Assim, se uma mulher é “detida e torturada”, semelhantemente como um homem pode ser detido e torturado, ela está protegida pelos direitos humanos; porém, se ela é “espancada e estuprada” no ambiente doméstico ou “negada do acesso à tomada de decisões”, os direitos humanos não as garantiam proteção (Crenshaw, 2002).

Dessa forma, pode-se entender que, quando uma sociedade embasada em opostos binários (homens versus. mulheres) prioriza e premia características como liderança, força, inteligência, status social e econômico, entre outros, ao mesmo tempo que tenta afirmar que essas características pertencem ao grupo identitário dos homens, as mulheres não têm outra opção senão ser o contrário. A experiência dos homens acaba por ser mais valorizada, mais enfatizada e mais validada. O que fizer parte da experiência masculina será importante, e caso essa experiência seja prejudicada de alguma forma, a sociedade entende que ela deve ser protegida. Já para outros indivíduos que não fazem parte dessa seleta parcela da população, não são dados tais privilégios³.

³O uso da palavra “privilégios” é intencional aqui. A proteção que o Estado prevê por meio de suas regras, normas e outras medidas deveria ser um direito de toda a população. Porém, como esses “direitos” não se mostram efetivos e inclusivos para certos tipos de pessoas, percebe-se que eles são, na verdade, privilégios.

Assim, foram se estabelecendo normas sociais (e civis) enviesadas de acordo com as vontades e necessidades demarcadas pelos homens de elite branca, desconsiderando as vontades e necessidades de outros grupos (Nascimento, 2006; Pateman, 2018), possibilitando a institucionalização da diferença sexual, de forma que sociedades sexistas e patriarcais se tornam cada vez mais um sinônimo de dominação dos homens e de opressão das mulheres (Hirata, 2018). Percebe-se assim que é formada uma hierarquia de grupos, no qual o grupo identitário dos homens brancos (assim como heterossexuais, cisgênero e outras formas de normatividade social) estão no topo da pirâmide de prioridade, enquanto os outros grupos são estruturalmente despriorizados e desvalorizados pelas normas, leis, instituições sociais etc.

As sociedades, quando estruturadas a partir do viés sexista, são permeadas em todos os seus aspectos por essas noções e a manutenção disso, por todos os indivíduos, se torna essencial para o contínuo desenvolvimento e empoderamento desses sistemas (Madureira, 2018). Se estabelece uma “ordem social” baseada nas oposições binárias, e quando indivíduos transgridem as normas desse sistema, é entendido que eles estão desestabilizando a sociedade e rompendo a ordem social (Woodward, 2000). E quanto mais poder esses sistemas possuem, mais eles podem impor nas práticas sociais suas normas nos indivíduos, mais tendo liberdade para exercer controle social (Oliveira & Resende, 2020; Woodward, 2000).

Como as pessoas, em termos gerais, têm a necessidade de ter uma identidade pessoal e social positivas, é normal a busca por pertencer a grupos que são socialmente valorizados (Galinkin & Zauli, 2011); e nesse caso, viver de acordo com as normas estabelecidas por uma sociedade sexista, dá aos indivíduos mais pertencimento e privilégio social. É dessa forma que a discriminação social muitas vezes possui um papel essencial na manutenção e conquista de privilégios de um certo grupo, em oposição a outro; visto que ela resguarda privilégios para quem discrimina (Bento, 2009).

Logo, muitas vezes, tanto homens quanto mulheres possuem um papel fundamental em termos de controle social voltado à reprodução do sexismo. Um exemplo disso é a utilização da fofoca como ferramenta de controle; como é discutido por Madureira e Branco (2012). Por meio da fofoca, socialmente designada para mulheres, é que elas podem vigiar, avaliar e julgar outras mulheres, muitas vezes utilizando dela para discriminar mulheres que transgridem as normas estabelecidas (Madureira e Branco, 2012), garantido o poder e controle dos grupos coniventes com as normas sexistas e em “troca” recebendo privilégios e aceitação/pertencimento social.

Essencialismo Biológico e Universalização do Feminino

Para se entender como as mulheres se encontram numa posição de vulnerabilidade e como isso é socialmente justificado, é preciso entender mais precisamente quais são as imagens formadas sobre elas e como isso delimita seus papéis e condutas sociais.

De acordo com Woodward (2000), uma estratégia de reafirmação e construção da identidade de gênero é o rebusque de verdades biológicas que justifiquem uma diferença primordial entre homens e mulheres. Por exemplo, para se explicar os papéis e deveres sociais dos homens e das mulheres, regularmente se recorre a um momento em que os deveres e papéis sociais eram definidos pelas capacidades biológicas supostamente inatas de cada corpo. Ou seja, as mulheres ficavam nas aldeias cuidando dos filhos e os homens iam para as florestas caçar.

Essa história não é inteiramente verdade, visto que foi constatado que diferentes comunidades tinham diferentes costumes, como no caso de aldeias às quais as mulheres caçavam, juntamente com suas crias (Lerner, 2020)⁴. De qualquer forma, especialmente a partir do século XVIII com a ascensão do discurso médico essencialista, a identidade e os papéis sexuais, morais, políticos e afetivos de cada sexo começaram a ser definidos de acordo com essas supostas características biológicas inatas (Facio & Fries, 2005; Mélo, 2012).

Discursos essencialistas, tanto o biológico quanto o histórico, afirmam que as identidades são um conjunto de características autênticas e cristalinas, de forma que qualquer indivíduo que pertença a esse grupo identitário possui essas mesmas características de forma “essencial” (inata) (Woodward, 2000). Dessa forma, a partir dessa perspectiva, constata-se erroneamente que todos os homens possuem “naturalmente” liderança, autoridade e raciocínio, representativas do homem que vai para a selva caçar e que protege a sua família; e que todas as mulheres são “naturalmente” submissas, frágeis e belas, características herdadas da capacidade de produzir vidas e criá-las, as fazendo viver nas vilas e serem protegidas pelos homens (Lerner, 2020; Nascimento, 2006).

Tais discursos foram estratégicos para a ascensão de noções misóginas disseminadas pelos colonizadores portugueses na época colonial brasileira. Foi trazida para o Brasil uma conceituação cristã que representava as mulheres como divididas entre: (a) pecaminosas, sedutoras e traiçoeiras, de acordo com a imagem da Eva; e (b) mães devotas, submissas,

⁴ Não nego aqui que não existem diferenças entre homens e mulheres, sejam elas biológicas, sejam psicológicas. Entretanto, o que muitas vezes ocorre é o extrapolo e exagero dessas diferenças, de modo que características sociais ou específicas de certas pessoas se tornam erroneamente universalizadas e essencializadas.

sexualmente passivas e entregues aos desejos dos outros, de acordo com a imagem da Maria (Araujo, 2020).

Para os cristãos portugueses, as mulheres deveriam seguir o exemplo de Maria, justificando-se assim todo o conservadorismo relacionado ao comportamento público delas. Além disso, as mulheres são mais ainda associadas ao objetivo da maternidade, visto que isso seria a “melhor opção” para que elas não ajam de acordo com os “desejos provocados pelo útero” delas, herdados da “pecadora original”, Eva (Araujo, 2020), que, de acordo com a tradição judaico-cristã, provocam nas mulheres desejos impuros que as tiram do caminhos da salvação.

Já para os homens, a virilidade seria outro indicativo de masculinidade e era normal e socialmente aceito que eles tivessem amantes escravas (Araujo, 2020). Dos homens não era cobrada a fidelidade que era cobrada às mulheres, sendo eles incentivados a explorar seus desejos sexuais, direcionando-os para as negras e índias escravizadas, em nome do “desenvolvimento de sua virilidade” (Araujo, 2020).

Especialmente no Brasil, que viveu uma época marcante de colonização e escravidão, essas noções são difundidas, muitas vezes enxergando as mulheres a partir dessa oposição de papéis. As mulheres brancas de elite ficam encarregadas do papel de mulheres puras, mães e esposas submissas aos deveres de donas de casas; e as mulheres negras ou índias ficam encarregadas do papel de escravas trabalhadoras e receptáculos dos desejos sexuais carnavais dos homens (Araujo, 2020). Como reiterado por Nascimento (2016), citado por Araujo (2020), havia um ditado que dividia as mulheres em “branca para casar, negra para trabalhar, mulata para fornicar” (p. 22).

Por meio de práticas sociais cotidianas, como ditados e discursos populares, normas sociais etc, que se reiterara o papel das mulheres de acordo com noções religiosas e médicas sexistas e se formam estereótipos que delimitaram o espaço de vivência de cada gênero (e dentro do gênero, de cada etnia). Formados esses estereótipos, ocorre a essencialização do que é entendimento como mulher, bem como a redução, naturalização de diferenças e formação de oposições binárias na sociedade, de modo a limitar a vivência e a experiência de diversas mulheres (Candido & Feres, 2019).

Portanto, se essencializa e reduz as mulheres dentro de pequenas características que supostamente são constituintes naturais da existência delas (Candido & Feres, 2019, Araujo, 2020); como, por exemplo, a de ser mãe, dona de casa, e “receptáculo” sexual. Naturaliza-se a diferença, entre mulheres e homens, sendo então supostamente normal e, logo, dificilmente

mutável; e estabelece-se oposições indicativas de uma ordem hierárquica que deve ser seguida por todos; homens e mulheres; brancos e negros (Candido & Feres, 2019).

Com o discurso religioso e o discurso médico alinhados em definições sexistas, a elite brasileira ganha mais poder sobre a sociedade; e seu entendimento de mundo, suas normas, estereótipos e condutas se tornam uma espécie de padrão referencial para toda a população (Bento, 2009). Assim, foi possibilitada a difusão de diversos estereótipos referidos às mulheres que as situavam num espaço simbólico extremamente limitado e discriminatório.

As mulheres tornam-se uma categoria universal, aparentemente indiferente à influência de suas condições sociais, culturais e históricas (Soihet, 2002); e o sexo torna-se não apenas um indício das genitálias dos corpos, mas um indício de todo o corpo humano e do que ele representa (Méllo, 2012). Todas as mulheres passam a ser biologicamente definidas pela feminilidade, se tornando socialmente consideradas predominantemente afetivas, fisicamente frágeis⁵, dependentes, cuidadoras, apolíticas e moralmente inaptas; o que logicamente explicaria a dependência delas em relação aos homens, que são socialmente considerados fortes, intelectuais e aptos política e moralmente (Nascimento, 2006).

Assim, compreender o feminino a partir de uma visão essencialista se torna um mecanismo estratégico na reafirmação das diferenças entre os gêneros, passando a colocar as problemáticas no âmbito do que é “natural”, e logo, imutável (Madureira & Branco, 2012). Por mais que essas características sejam, na verdade, arbitrariamente estabelecidas, elas servem, como justificativa para a “naturalidade” da dominância masculina sobre o feminino e a imagem das mulheres se torna normalmente atrelada à imagem de homens, seja do pai, seja do marido, seja do senhor.

A Sexualidade das Mulheres e Beleza Corporal

Outra condição importante que a visão sexista definiu sobre as mulheres foi com relação à condição da sexualidade e beleza corporal. É interessante pensar que, mesmo com toda a tentativa de “esconder” as mulheres no ambiente e na vida privada de uma casa, e de privá-las de sua sexualidade, o seu corpo ainda parecia ser um grande receptáculo de olhares e atenção sexual (Araujo, 2020). Enquanto isso, os homens não eram tão enxergados por essa

⁵ Aqui é importante lembrar do marcador étnico-racial. Mulheres negras, ao serem consideradas “aptas para o trabalho escravo”, muitas vezes eram consideradas como dotadas de uma força maior. Ao considerar isso, distancia-se essas mulheres da feminilidade que elas “deveriam ter”, condenando-as à exclusão social.

lente, mesmo com o enfoque social de sexualidade e virilidade sendo direcionado a eles (Madureira & Branco, 2012).

No artigo de Candido e Feres (2019) é discutido sobre a participação de mulheres em filmes e como elas geralmente são mais sexualizadas e associadas à sua aparência corporal, além de terem tramas menos valorizadas que os homens e profissões menos prestigiadas nesses filmes. As convenções e costumes da sociedade estabelecem as mulheres como quase que intrinsecamente ligadas à sua aparência corporal e tudo o que elas fazem adiciona ou subtrai à sua beleza e aparência social (Berger, 1980).

De acordo com a perspectiva essencialista dos sexos, as mulheres eram vistas como sexualmente passivas, monogâmicas e destinadas a viver com apenas um homem; já os homens eram considerados sexualmente ativos e mais inclinados à poligamia (Nascimento, 2006). A visão de feminilidade e a ligação direta com a natureza aderem às mulheres uma imagem de beleza natural, transcendente; e essa beleza é considerada como uma das características mais marcantes das mulheres (já que padeceria de inteligência), e, como os homens são considerados “naturalmente” ativo sexualmente, as mulheres socialmente consideradas belas tornam-se um alvo significativo de atenção sexual masculina (Nascimento, 2006).

Especialmente no Ocidente, a partir do Renascimento até os dias de hoje, as artes visuais passam a produzir imagens das mulheres com foco na apreciação e contemplação sexual de seus corpos; constantemente focando em sua “beleza” e aparência corporal, objetificando-as (Loponte, 2002). Como as mulheres não são percebidas como tendo uma sexualidade própria e os homens são percebidos como tendo sexualidade de sobra, o que se torna evidente na representação dessas imagens é a sexualidade dos homens heterossexuais, e não das mulheres (Loponte, 2002; Mélo, 2012).

Além disso, Berger (1980) afirma que as mulheres nascem sob a vigília dos homens, e o que está em análise é justamente a aparência delas, sendo ela a “principal característica” associada ao feminino, que definirá o status das mulheres. Dessa forma, a imagem das mulheres e o que ela representa com isso obtém um papel fundamental na definição do que pode ser considerado como “êxito na vida” de uma mulher (no sentido amplo de “se dar bem na vida”), o que se reflete nas produções artísticas da imagem feminina, se produzindo

retratos femininos que visem agradar o espectador masculino, que é supostamente o que as mulheres devem conseguir (Berger, 1980; Loponte, 2002)⁶.

Os corpos das mulheres ultrapassam um sentido puramente simbólico e se tornam agora um personagem/ator social, que possui foco público (Novaes, 2006). Ou seja, o corpo deixa de ser um solo fértil de produção de significados de cada indivíduo, com influências culturais e individuais, e passa a ser um objeto de regulação social, “penetrado” e “examinado” pela sociedade a fim de que o corpo esteja de uma forma específica, aprovado socialmente.

Por meio disso, as mulheres são representadas e passam a se representar (mesmo sem saber) frequentemente pensando no espectador social, especialmente masculino, o que cria uma espécie de “presença fantasmagórica” dos homens e da sociedade num geral, que sempre estão às observando, apreciando e aprovando sua beleza de forma constante e em todos os aspectos de suas vidas (Berger, 1980; Loponte, 2002).

Dessa forma, se certas mulheres lidam com o infortúnio de não serem consideradas bonitas pelo padrão hegemônico, isso posiciona-as num lugar de desaprovação, podendo assumir diferentes formas de exclusão (Novaes, 2006; Siqueira & Faria, 2008; Soihet, 2002). Ao se pensar na contemporaneidade, nota-se que a beleza se tornou associada à aparência de juventude e de magreza e quem não possui tais características é considerado desleixado, sem força de vontade, especialmente as mulheres, por terem voltadas a elas uma atenção social sobre seus corpos muito mais latente (Novaes, 2006; Novaes, 2011).

Percebe-se, por meio desse discurso, a moralização da beleza corporal, em que a beleza se torna um valor e uma obrigação social e o corpo “bonito”; especialmente na era de ascensão das modificações estéticas; passa a representar para as mulheres uma responsabilidade e um dever moral (Novaes, 2006; Novaes, 2011). A “beleza” sempre será uma adição de grande diferencial, de modo que as mulheres podem até ser ótimas mães, trabalhadoras competentes e esposas dedicadas, mas nada disso será tão valorizado quando pensado juntamente a um corpo gordo e/ou velho (Novaes, 2011).

Como apresentado por Novaes (2011, p. 486) “ se antes as roupas as aprisionavam, agora o corpo cumpre esse papel”. Dessa forma, o corpo passa a cumprir um papel essencial na prática de regulação e controle dos comportamentos das mulheres, definindo o efeito destrutivo (e inevitável) do tempo como o grande inimigo dela, configurando a ela uma

⁶ Exemplo contrário seria a obra “Avó e a menina entrando na banheira” de Zuzanne Valadon. Pintada por uma mulher, a menina está numa posição não sexualizada e ativa, sendo retratada como uma pessoa capaz e em controle de seus movimentos enquanto entra na banheira.

responsabilidade de se manter jovem e magra (Novaes, 2011); além de bunduda/”gostosa”, se pensando nos padrões sociais brasileiros que se apropriam de aspectos corporais afro-descendentes, mais característicos em negros brasileiros, tornando-os um padrão corporal embranquecido.

O Poder Pedagógico das Mídias Sociais

A imagem das mulheres, como explicitado no tópico anterior, tem sido atrelada aos homens e a suposta apreciação deles pelo corpo feminino desde a época do Renascimento ocidental (Loponte, 2002). O que muda hoje é que o crescimento do uso de mídias sociais e as mudanças trazidas pelo movimento feminista colocam agora o poder e a responsabilidade da representação de autoimagem nos próprios indivíduos.

Certamente isso pode ser considerado como um avanço, visto que ao menos a representação de si começa a recair nas mãos das próprias mulheres, dando-lhes maior liberdade sobre como gostariam de ser vistas e apreciadas. Porém, isso não é toda a história. Por mais que esses avanços tenham acontecido, é evidente que as mídias e meios publicitários continuam apresentando as mulheres como um objeto de apreciação voltadas especialmente para a atenção masculina heterossexual (Madureira, 2018).

Os meios publicitários têm uma certa noção das normas hegemônicas de gênero e das associações que se fazem com relação ao feminino e ao masculino na sociedade brasileira, muitas vezes utilizando disso para divulgar seus produtos (Sabat, 2001). Ou seja, não é uma coincidência que as propagandas, produções cinematográficas, comerciais etc, geralmente tenham como pano de fundo mulheres magras, jovens e esbeltas. Mostrar “mulheres bonitas” nos produtos faz com que o produto se torne mais atrativo, chamativo. Porém, ao fazer isso, esses meios reafirmam as normas de gênero e cooperam na construção de identidades e significados que refletem o que é mostrado nas mídias (Sabat, 2001).

Além disso, ao pensar na representatividade do grupo feminino em telas brasileiras, percebe-se que a maioria das mulheres que aparecem são brancas (Candido & Feres, 2019). Evidencia-se que, quando as mulheres são incluídas em produções cinematográficas (assim como em outros meios sociais e de trabalho), geralmente mulheres brancas são mais recebidas e outras mulheres são excluídas (Candido & Feres, 2019). Em outras palavras, num contexto em que as mulheres são majoritariamente apreciadas pela sua aparência, ao mesmo tempo que a maioria das mulheres que aparecem em tela são brancas, torna-se claro que o

papel de “beleza” é dado para mulheres brancas; e mulheres negras, indígenas, asiáticas etc são esquecidas.

Não que mulheres negras, por exemplo, não sejam sexualizadas. Na verdade, Candido & Feres (2019) evidenciam que a cinematografia brasileira, juntamente com a cultura brasileira, hiperssexualizam as mulheres negras, podendo se perceber isso a partir da representação cultural da mulata⁷ que mostra seu corpo nu na época do carnaval em locais e contextos em que a nudez não é normalmente aceita. Pode-se perceber nessa sexualização exagerada, resquícios da época colonial brasileira, em que mulheres negras eram constantemente usadas e abusadas para satisfazer os desejos sexuais masculinos, constituindo uma atenção mais carnal e agressiva direcionada a essas mulheres, percebida até os dias de hoje.

Porém, como o Brasil é um país caracteristicamente racista e os corpos brancos são mais socialmente aceitos, as mídias geralmente se apropriam de corpos de mulheres brancas para mostrar e vender mais seus produtos. Ao difundirem determinadas representações femininas e ignorar outras representações, perpetua-se a definição limitante de gênero das mulheres, juntamente com o discurso sobre feminilidade e masculinidade (bem como o racismo), legitimando a atividade constante de sexualização de corpos femininos de diferentes formas (Berger, 1980). A imagem das mulheres, criada pelas mídias, pode, então, ensinar a sociedade uma visão limitada, sexista e racista (entre outros) sobre as mulheres e mostrar a elas o que elas devem fazer para se encaixar nessas normas limitantes (Loponte, 2002).

A partir do artigo intitulado “Instagram: possíveis influências na construção dos padrões hegemônicos de beleza entre mulheres jovens” de Vieira (2019), foi possível perceber que, atualmente, as mídias sociais ganharam grande espaço na vivência social das pessoas e nelas o corpo das mulheres se torna vitrine para uma suposta “beleza”. Em seu artigo, Vieira fez entrevistas semiestruturadas com mulheres entre 23 a 29 anos que usavam regularmente o *Instagram*; em vista de entender como o conteúdo presente nessa rede social pode afetar a autoimagem das mulheres.

Notou-se que a aparência corporal era extremamente valorizada e pessoas que tinham um corpo padronizado, mais comumente considerado como “bonito” pela sociedade,

⁷ Evidencia-se aqui que o adjetivo “mulata” é um termo racista que representa um estereótipo culturalmente disseminado na sociedade brasileira que reduz o corpo feminino e negro à sua sexualidade. Para entender mais a fundo, indico o Ted Talk de Nátały Neri, intitulado “a mulata que nunca chegou” (encontrado no YouTube).

geralmente tinham uma quantidade maior de seguidores (Vieira, 2019). Assim, a partir das redes sociais, pode se entender que ter uma “boa imagem”, ou seja, ser (considerada) bonita, é algo aparentemente essencial para a vida das pessoas, o que é corroborado pelo adorno que pessoas dentro do padrão hegemônico recebem apenas por estarem dentre dele (Vieira, 2019).

Essa beleza, que representa uma suposta saúde e jovialidade de corpo magros e esticados, em última instância representa uma pessoa (supostamente) feliz e bem sucedida (Novaes, 2006; Ribeiro, 2016). Não é à toa que as mídias, muitas vezes, criam narrativas gordo fóbicas que relacionam pessoas “acima do peso” a uma narrativa de infelicidade, como se ser gordo fosse uma sentença na vida das pessoas. Com a ascensão dessas mídias sociais, como o Instagram, a vida de cada indivíduo se torna pública e cada pessoa, no conforto de sua casa, pode produzir conteúdo sobre si e compartilhar sua vida por meio de vídeos e fotos, causando um efeito de supervalorização da imagem e, conseqüentemente, uma fixação exacerbada em ter uma “boa imagem/aparência” (Vieira, 2019).

Com o foco em cada pessoa, as pressões sociais, vindas da moralização do corpo, se tornam mais individualizadas e muito presentes nas redes sociais, de forma que, ao produzir conteúdos e ao ver esses conteúdos que enfatizam os corpos e a beleza feminina, muitas pessoas, especialmente mulheres, passam a seguir essas normas desesperadamente, até mesmo em detrimento de sua saúde mental e autoestima/autoimagem positiva (Novaes, 2006; Ribeiro, 2016; Vieira, 2019). Pode-se perceber que o que as pessoas consomem e como elas se mostram nas mídias sociais tem tudo a ver com a forma como elas se representam ou gostariam de ser representadas na sociedade, porém, com o uso recorrente de padrões hegemônicos pelas mídias para vender mais os seus produtos, as possibilidades de representações socialmente aceitas se tornam mais escassas.

Mais a fundo, um exemplo pertinente sobre a individualização da moralização pode ser visto no documentário “o Dilema das Redes” (2020), em que pessoas que trabalharam/trabalham em empresas de aplicativos digitais relatam sobre como o próprio sistema dos aplicativos analisa o comportamento de cada pessoa que os usa, por exemplo, quando tempo ela ficou olhando para um anúncio ou *post* específico, e, a partir disso, planeja o que será mostrado para essa pessoa nas próximas vezes em que usar o aplicativo.

Assim, se uma mulher olha um anúncio falando sobre “sucos emagrecedores”, mais anúncios relacionados a esse tópico aparecerão, aumentando as chances de ela comprar algum suco ou ingerível com efeitos semelhantes; e portanto, incentivando fortemente que ela procure emagrecer. Juntamente com as representações escassas nas mídias sociais, que

mostram predominantemente corpos magros, jovens e brancos; um simples anúncio pode se tornar uma forte ferramenta de pressão social.

Produz-se um movimento de insatisfação constante com o próprio corpo, pois sempre há algo que se pode fazer para perder peso, para esticar o rosto etc (Ribeiro, 2016). E a mídia possui um papel fundamental nessa insatisfação, frequentemente, representando o corpo das mulheres e sua feminilidade como objeto de observação e contemplação constantes e naturalizando essa prática (Ribeiro, 2016), além de mostrar representações corporais totalmente modificadas e exageradamente dentro dos padrões hegemônicos, mesmo quando não são realistas.

Passa-se uma certa impressão de que as mulheres precisam estar constantemente correndo atrás de se encaixarem dentro do padrão de beleza, se retorcendo até o máximo para sempre estar parecendo jovens e com um corpo “perfeito”, para se sentirem mais desejadas e aceitas. E a mídia está sempre mostrando, através das imagens relacionadas ao corpo e à feminilidade das mulheres, que a forma como elas estão nunca é o suficiente. Em outras palavras, sempre é possível estar mais “bonita”.

Considerações Finais

Neste artigo, é feita uma discussão teórica inicialmente a partir da perspectiva pessoal da autora, em que é comentado como é cotidiana a vivência do sexismo por ela mesma e pelas mulheres que a rodeiam, além de dados estatísticos que mostram números elevados de violência contra as mulheres, percebendo-se a relevância de estudos teóricos que busquem entender fenômenos relacionados ao sexismo, contribuindo com a desconstrução das desigualdades de gênero e dando mais ferramentas às mulheres para que elas possam mudar suas condições de vivência sexistas.

No desenvolvimento da discussão teórica, foram abordados os processos envolvidos na formação de identidade individual e de grupo e a relação direta com o entendimento da alteridade/do diferente, havendo um perigo de serem construídas barreiras simbólicas impermeáveis de forma que o que é entendido como “diferente” se torna alvo de discriminação e estereotipização.

No caso do sexismo, o feminino e o masculino são definidos como opostos absolutos entre si, porém, que se complementam. As relações de gênero são hierarquizadas, de forma que os homens estão no topo dessa hierarquia e as mulheres se encontram abaixo deles. Em sociedades sexistas, entrar de acordo com as normas traz benefícios simbólicos e materiais

para quem o faz, sendo então possível observar a participação tanto das mulheres quanto dos homens nesse processo, mesmo que de forma inconsciente.

Após isso, é abordado sobre como a mulher é universalizada por meio do essencialismo biológico, justificando as desigualdades entre os gêneros a partir de uma aparente condição pré existente presente em todas as mulheres. No Brasil, a religião cristã trazida pelos portugueses, juntamente com um apoio do discurso médico essencialista intensificam a formação de um país sexista e racista, passando a classificar as mulheres brancas como esposas e mães; e as mulheres negras como objetos sexuais e para o trabalho físico.

Mais a fundo, mostra-se como a mulher é historicamente atrelada à beleza e como atualmente se aprisiona mulheres em seus próprios corpos, a partir dos árduos padrões de beleza baseados na aparência juvenil, magra e branca. Seus corpos se tornam objetos de atenção e aprovação pública, especialmente masculina, tornando a pressão social para se manter “bonita” muito presente para qualquer mulher.

Por último, é explorado como as mídias constantemente perpetuam as normas sexistas, pois, para venderem seus produtos, muitas vezes, usam das normas sociais hegemônicas para conseguir maior alcance e, logo, vender mais produtos e serviços. Além disso, com as mídias se tornando cada vez mais personalizadas, a pressão para ser “bonita” está cada vez mais individualizada. Dessa forma, muitas mulheres se tornam obcecadas por se manterem jovens e magras, e a saúde mental delas fica em segundo plano.

Esse estudo teórico possui uma grande relevância na desconstrução da desigualdade de gênero presente, em especial, no Brasil. Essa desigualdade, bem como as violências geradas a partir dela, são grandes fatores de sofrimento psíquico, e é importante estudar extensivamente sobre esse tema, de modo a entender as diversas facetas do sexismo e tornar essas informações acessíveis para o público geral, disponibilizando os conhecimentos necessários para adquirir posturas mais críticas e tomar medidas efetivas e duradouras para a diminuição da desigualdade de gênero.

Como limitação, foi possível notar que, na busca por definições hegemônicas do sexismo e padrões de beleza dominantes; e até pelas próprias limitações de um artigo, que deve ser mais sucinto; as especificidades de gênero e as intersecções entre raça, idade, tipos corporais, sexualidades etc não foram adequadamente tratadas em suas diversas dimensões. Assim, sugere-se que sejam realizados estudos que visem aprofundar como os padrões hegemônicos sexistas afetam, em específico, os diversos grupos presentes na sociedade, bem como diferentes padrões que afetam diferentes grupos. Por exemplo, como os padrões

hegemônicos de beleza, baseados na juventude, magreza e branquitude, afetam a autoestima e autoimagem das mulheres negras.

Por último, desejo lembrar a/o leitora/o que o pensamento sexista, estudado no artigo, representa apenas uma forma de pensamento sobre os indivíduos. Especialmente atualmente, existem diversas interpretações e expressões sobre milhares de identidades e expressões que os seres humanos possuem que apresentam uma visão muito mais inclusiva e diversa sobre os indivíduos; e a mudança e importância que o feminismo, antirracismo, movimento de positividade corporal etc, possuíram no processo de maior aceitação social e liberdade de indivíduos não devem ser esquecidos.

Referências bibliográficas

- Araujo, I. A. A. D. *Práticas pedagógicas e os estudos de gênero: a valorização da diversidade e a promoção de uma cultura de paz.*
- Bento, M.A.S., 2009. *Branqueamento e branquitude no Brasil.* In: Carone, I.; Bento, M.A.S. (Org.) *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.* Petrópolis, RJ: Editora Vozes,. P. 25-57.
- Berger, J. (1980). *Modos de ver.* São Paulo: Martins Fontes.
- Candido, M. R., & Feres, J. (2019). *Representação e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro.* Revista Estudos Feministas, 27.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, 10(1), 171-188.
- Facio, A., & Fries, L. (2005). *Feminismo, género y patriarcado.* Buenos Aires: Revista Enseñanza del Derecho de Buenos Aires.
- Galinkin, A. L. & Zauli, A. (2011). Identidade social e alteridade. Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.), *Psicologia Social: principais temas e vertentes* (pp. 253-261). Porto Alegre: Artmed.
- Rey, F. G. 2005. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação.* São Paulo: Thomson.

- Hirata, H. (2018). Gênero, patriarcado, trabalho e classe. *Revista Trabalho Necessário*, 16(29), 14-27.
- Lerner, G. (2020). *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). As raízes histórico-culturais e afetivas do preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. Em A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Orgs.), *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural* (pp. 125-155). Porto Alegre: Mediação.
- Madureira, A. F. A. (2016). Diálogos entre a Psicologia e as Artes Visuais: as Imagens enquanto Artefatos Culturais. Em J. L. Freitas & E. P. Flores (Orgs.), *Artes e Psicologia: Fundamentos e Práticas* (pp. 57- 82). Curitiba: Juruá.
- Madureira, A. F. A. (2018). *Social Identities, Gender, and Self: Cultural Canalization in Imagery Societies*. In A. Rosa & J. Valsiner (Eds.), *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology* (pp. 597-614). Cambridge – UK: Cambridge University Press.
- Méllo, R. P. (2012). Corpos, heteronormatividade e performances híbridadas. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 197-207.
- Nascimento, K. C. (2006). Entre a mulher ideal e a mulher moderna na imprensa mineira-1873-1932 (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Novaes, J. (2006). *O intolerável peso da feiúra: sobre as mulheres e seus corpos*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Novaes, J. V. (2011). *Beleza e feiúra: corpo feminino e regulação social*. Em M. Del Priore & M. Amantino (Orgs.), *História do Corpo no Brasil* (pp. 477-506). São Paulo: Unesp.
- Oliveira, D. D., & Resende, V. D. M. (2020). *Branquitude, discurso e representação de*

mulheres negras no ambiente acadêmico da UFBA. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso, 15, 149-171.

Pateman, C., & Romero, M. X. A. (1995). *El contrato sexual*. Barcelona: Anthropos.

Peres, V. L. A. (2019). Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 27(1), 145-148.

Ribeiro, V. D. M. M. (2016). *A psicologia clínica e a prevenção das doenças da beleza na sociedade brasileira contemporânea*.

Sabat, R. (2001). Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. *Estudos Feministas*, 9(1), 9-21.

Soihet, R. (2002) Formas de violência, relações de gênero e feminismo. *Revista Gênero*, 2 (2), p. 7-25.

Siqueira, D., & Faria, A. (2008). Corpo, saúde e beleza: representações sociais nas revistas femininas. *Comunicação Mídia e Consumo*, 3(9), 171-188.

Vieira, A. G. A. (2019). Instagram: possíveis influências na construção dos padrões hegemônicos de beleza entre mulheres jovens.

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução conceitual. Em T. T.

Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Petrópolis - RJ: Vozes.